

Comissão aprova audiência para discutir impacto do Circuito da Praça da Liberdade

Assunto:

EDUCAÇÃO E CULTURA



Em reunião nesta quarta feira (15/02), a comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo aprovou projeto que pode tornar obrigatória a execução do Hino Nacional antes da realização de eventos esportivos oficiais. Foram aprovadas ainda duas audiências públicas. Uma para tratar do impacto da implantação do Circuito Cultural Praça da Liberdade, na região Centro-sul, e outra para discutir projeto de lei que pode tornar o cargo efetivo de educador Infantil em Professor de Educação Infantil.

O vereador Fábio Caldeira (PSB), preocupado com os impactos gerados com a implantação do Circuito Cultural Praça da Liberdade, solicitou audiência pública para discutir aspectos como trânsito, turismo cultural, legislação de utilização do espaço. A audiência ficou agendada para o dia 29 de fevereiro. O vereador lembrou que o circuito é um dos maiores equipamentos culturais do Brasil e por isso merece atenção da sociedade e atuação da Câmara no que se refere aos impactos na sua implantação.

Para o dia 14 de março, ficou agendada audiência, solicitada pelo vereador Arnaldo Godoy (PT), para discutir o projeto de lei 2068/11 que torna o cargo público efetivo de educador infantil em cargo público de efetivo de professor de educação infantil. Além da mudança na denominação do cargo, o PL visa valorizar professores da educação infantil. O vereador Heleno Abreu (PHS), ressaltou a importância da discussão. ?Muitas vezes o educador infantil não tem o reconhecimento devido, e hoje, em Belo Horizonte, isso é visto até na questão da remuneração. É na base, no início da educação que devemos ter bons professores para melhor atender nossas crianças? disse o parlamentar. Arnaldo Godoy ratificou a importância da discussão para melhoria da educação em BH.

A comissão aprovou também emenda ao projeto de lei 1458/11, do vereador Joel Moreira Filho (PTC), que torna obrigatória a execução do Hino Nacional Brasileiro antes do início de todas as atividades esportivas oficiais realizadas no âmbito de Belo Horizonte. O PL tramita em 2º turno e a emenda aprovada define o que são atividades esportivas

oficiais. O autor do projeto diz que o objetivo é estimular o espírito cívico. Para o vereador Alberto Rodrigues (PV), já existe essa obrigatoriedade no Rio e em São Paulo e que "Belo Horizonte não pode ficar fora dessa ação patriótica", disse.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Quarta-Feira, 15 Fevereiro, 2012 - 00:00
